



Número: **0601442-74.2022.6.00.0000**

Classe: **DIREITO DE RESPOSTA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Juíza Auxiliar - Ministra Maria Claudia Bucchianeri**

Última distribuição : **12/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Direito de Resposta, Cargo - Presidente da República**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (REQUERENTE)	VICTOR LUGAN RIZZON CHEN (ADVOGADO) VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS (ADVOGADO) SERGIO LUIS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) ROBERTA NAYARA PEREIRA ALEXANDRE (ADVOGADO) MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES (ADVOGADO) MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA (ADVOGADO) MARIA DE LOURDES LOPES (ADVOGADO) MARCELO WINCH SCHMIDT (ADVOGADO) GUILHERME QUEIROZ GONCALVES (ADVOGADO) GEAN CARLOS FERREIRA DE MOURA AGUIAR (ADVOGADO) FERNANDA BERNARDELLI MARQUES (ADVOGADO) EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (ADVOGADO) EDUARDA PORTELLA QUEVEDO (ADVOGADO) CRISTIANO ZANIN MARTINS (ADVOGADO) ANGELO LONGO FERRARO (ADVOGADO) MATHEUS HENRIQUE DOMINGUES LIMA (ADVOGADO)
JAIR MESSIAS BOLSONARO (REQUERIDO)	TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO (ADVOGADO) MARINA ALMEIDA MORAIS (ADVOGADO) EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO (ADVOGADO)
COLIGAÇÃO PELO BEM DO BRASIL (REQUERIDA)	TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO (ADVOGADO) MARINA ALMEIDA MORAIS (ADVOGADO) EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO (ADVOGADO)
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15826 3071	19/10/2022 17:50	Decisão	Decisão

index: DIREITO DE RESPOSTA (12625)-0601442-74.2022.6.00.0000-[Direito de Resposta, Cargo - Presidente da República]-DISTRITO FEDERAL-BRASÍLIA



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

DIREITO DE RESPOSTA (12625) Nº 0601442-74.2022.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

DIREITO DE RESPOSTA (12625) Nº 0601458-28.2022.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

DIREITO DE RESPOSTA (12625) Nº 0601529-30.2022.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

DIREITO DE RESPOSTA (12625) Nº 0601542-29.2022.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Relatora: Ministra Maria Claudia Bucchianeri

Representante: Coligação Brasil da Esperança

Advogados(as): Eugênio José Guilherme de Aragão e outros(as)

Representados(as): Jair Messias Bolsonaro e outra

Advogados(as): Tarcisio Vieira de Carvalho Neto e outros(as)

DECISÃO

(Julgamento conjunto)

Trata-se de **representações por direito de resposta** ajuizadas pela Coligação Brasil da Esperança em desfavor de Jair Messias Bolsonaro e da Coligação Pelo Bem do Brasil, **por suposta veiculação de desinformação e ofensas contra a honra e a reputação da coligação representante e do candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, difundida na propaganda eleitoral gratuita em emissoras de rádio nos dias 12, 13, 15, 16 e 17.10.2022, em diversas inserções, todas elas indicadas em cada uma das respectivas petições iniciais.**

Em todas elas, a representante alega, em síntese que:

a) a peça de propaganda eleitoral busca incutir a ideia de que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva estaria **associado à criminalidade**, além de conduzir ao eleitorado **informação que não corresponde com a realidade** a respeito de dados e apurações de votos em presídios;

b) o intento da aludida peça publicitária é atacar o candidato da coligação representante e implantar o desapeço do eleitorado por sua candidatura, o que se verifica do seu teor:



Interlocutora: “Sabe onde Lula teve mais votos no primeiro turno das eleições? Nas cadeias e presídios do Brasil”

Interlocutor: “No presídio de Tremembé, Lula teve 98% dos votos dos presos. Lula recebe 90,3% dos votos em presídios da Paraíba. O crime organizado já escolheu seu candidato”

Suposto criminoso: “Eu sou Lula, não sou Bolsonaro, não. Eu voto no Lula”

Interlocutor: “É a vida da sua família em risco. Cuidado em quem você vai votar”

c) este Tribunal, em decisões anteriores proferidas em representações por propaganda eleitoral irregular semelhantes à dos autos, já determinou a **remoção de desinformação que vincula o candidato Lula à criminalidade** – Rp nº 0600543-76/DF; Rp nº 0601325-83/DF; e Rp 0601332-75/DF –, especialmente por vislumbrar indevida manipulação de narrativa ou veiculação de fatos inverídicos e descontextualizados, aptos a comprometer a lisura das eleições, tendo em vista a higidez das informações a respeito dos candidatos;

d) dizer que criminosos votam em Lula é estatisticamente incorreto e gravemente descontextualizado, tendo em vista que os votos computados em penitenciárias representam um recorte muito pequeno da realidade, por várias razões: (i) **condenados com trânsito em julgado sequer podem votar**, sendo computados apenas os votos de presos em caráter provisório e adolescentes infratores; (ii) há **discrepância entre o número de pessoas encarceradas** (aproximadamente 550 mil pessoas) e **pessoas encarceradas que de fato votaram na eleição** (apenas 11.363 pessoas); (iii) votos em presídios computam apenas **2,066%** do número de pessoas encarceradas no Brasil; e (iv) **mesários e policiais penais em serviço também podem ter votado na urna disponibilizada no complexo presidiário**;

e) a **distribuição de votos varia de forma considerável entre diversos tipos de presídios**, tendo sido omitido, na propaganda, por exemplo, **que o candidato Jair Bolsonaro liderou os votos para presidente no Complexo Penitenciário da Papuda – maior unidade prisional do Distrito Federal**, de acordo com reportagem do jornal *Metrópoles*;

f) a propaganda reflete **distorção da verdade dos fatos e constitui verdadeiro ato de divulgação e compartilhamento de notícia gravemente descontextualizada**, a violar o voto livre e consciente, além de ofender a honra do candidato Luiz Inácio Lula da Silva; e

g) o conteúdo do programa eleitoral dos representados não configura mera crítica política, **ultrapassando o direito à liberdade de expressão** e atingindo a honra da candidatura da Coligação representante, por **incutir no público-alvo que Lula seria o candidato representante da criminalidade e que o voto no ex-presidente equivaleria a votar em bandidos**, mormente porque tal afirmação não tem qualquer embasamento na realidade.

Apresenta a representante os termos da resposta pretendida, a ser veiculada nos mesmos moldes que o foram as ofensas que ensejaram o pedido, por força do art. 32, inciso IV, alínea *d*, da Res.-TSE nº 23.608/2019. Eis a íntegra do texto pleiteado:

“Direito de Resposta concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A Justiça Eleitoral reconheceu que são mentirosas as informações divulgadas por Bolsonaro sobre a votação de Lula em estabelecimentos prisionais. Desesperado, insiste em espalhar *fake news*, achando que pode enganar o povo nas eleições. Bolsonaro e os filhos já foram condenados a retirar das suas redes sociais dezenas de acusações falsas que propagam contra Lula. Não acredite nas mentiras de Bolsonaro. A justiça está de olho”.



Requer, além da concessão do direito de resposta, seja **determinada a suspensão do programa em questão**, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Res.-TSE nº 23.608/2019, abstendo-se os representados de veicular outras inserções com o mesmo teor.

Visando à concessão da medida em caráter de urgência, aduz que a probabilidade do direito decorre da manifesta violação às normas e princípios que regem a propaganda eleitoral, de modo a ferir a lisura do processo eleitoral, e o perigo do dano encontra-se no alcance imensurável das emissoras de radiodifusão, que já exibiram a aludida inserção para milhões de eleitores brasileiros, propagando a desinformação ora impugnada.

Ao fim, requer a confirmação da medida liminar e o deferimento do pedido de direito de resposta para que, nos termos da Lei nº 9.504/1997, art. 58, § 3º, inciso III, alínea a e art. 32, inciso III, alínea g, da Res.-TSE nº 23.608/2019, e a mídia para veiculação seja entregue às emissoras, em até trinta e seis horas após a ciência da decisão e, além disso, que haja a suspensão da propaganda impugnada, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, da Res.-TSE nº 23.608/2019.

As teses defensivas, em resumo, suscitam a **improcedência** do pedido, diante da inexistência de descontextualização, divulgação de notícia sabidamente falsa ou ofensa à honra que sejam aptas a atrair o direito de resposta. Alegam, ainda em preliminar, a **inépcia da inicial**, tendo em vista que o **texto apresentado para direito de resposta não cumpriria os requisitos legais para o seu deferimento**, pugnano pela extinção do feito, sem resolução de mérito.

A Procuradoria-Geral Eleitoral apresentou parecer pela **improcedência** do pedido, que foi assim ementado:

Eleições 2022. Direito de resposta. Presidente da República. A intervenção da Justiça Eleitoral na propaganda deve ser mínima, justificando-se na hipótese de a publicidade transmitir informação gravemente descontextualizada ou suportada em fatos sabidamente inverídicos. Propaganda que apresentou premissas fácticas baseadas em dados não questionados pela representante, desenvolvendo, a partir delas, conclusão com teor de crítica política. Falta de pressuposto para se invocar direito de resposta. Parecer pela improcedência do pedido.

É o relatório. Passo a apreciar os pedidos veiculados na presente representação.

E, ao fazê-lo, registro que, consoante já tive a oportunidade de enfatizar em diversas decisões anteriores, entre elas a Rp nº 0600229-33/DF, o meu entendimento é no sentido do **minimalismo judicial em tema de intervenção no livre mercado de ideias políticas**, de sorte a conferir tratamento preferencial à liberdade de expressão e ao direito subjetivo do eleitor e da eleitora de obterem o maior número de informações possíveis para formação de sua escolha eleitoral, **inclusive para aquilatar eventuais comportamentos supostamente desleais ou inapropriados.**

No entanto, o Plenário desta Corte Superior, considerando o peculiar contexto inerente às eleições de 2022, com “grande polarização ideológica, intensificada pelas redes sociais”, firmou orientação no sentido de uma “atuação profilática da Justiça Eleitoral”, em especial no que concerne a qualquer tipo de comportamento passível de ser enquadrado como **desinformativo** (R-Rp nº 0600557-60/DF, red. p/ o acórdão Min. Ricardo Lewandowski, PSESS de 1º.9.2022, **em que fiquei vencida isoladamente**) e **flagrantemente ofensivo**.

Também assim, o julgamento da Rp nº 0600851-15/DF, red. p/ o acórdão Min. Alexandre de Moraes, PSESS de 22.9.2022, ocasião em que esta Casa voltou a destacar o



direito do eleitorado não apenas de ter acesso à mais ampla informação, mas, também e sobretudo, à informação “verdadeira” e “não fraudulenta”, com o que se conferiu a esta Casa **um dever de filtragem mais fino**.

Em **idêntico** sentido, na sessão jurisdicional de 13.10.2022, o Plenário desta Casa determinou, nos autos da Rp nº 0601373-42/DF, **a remoção de matéria jornalística, sem nenhuma edição, veiculada ainda no ano de 2011 pela TV Record**, envolvendo o debate público então travado em torno do combate à homofobia nas escolas, por se haver considerado que o título atribuído à mídia (19.5.2011 – kit gay causa polêmica) era desinformativo.

Nesse mesmo julgamento, **em que fiquei vencida** ao lado do Ministro Sérgio Banhos, o Ilustre Presidente desta Casa, Ministro Alexandre de Moraes, registrou que a associação de diversos fatos verdadeiros a uma conclusão inverídica também configura fake news. Sua Excelência também destacou que o só fato de determinadas **matérias terem sido divulgadas em veículos tradicionais de imprensa não afasta eventual natureza desinformativa**.

Também na sessão de 13.10.2022, o Plenário desta Casa, vencidos os Ilustres Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Sérgio Banhos e Carlos Horbach, determinou **a imediata remoção de conteúdos (Rp nº 0601372-57/DF)**, por entender que, mesmo em se tratando de um vídeo estruturado a partir de conteúdo jornalístico, apresentava “desordem informacional” apta a conduzir as pessoas a uma conclusão falsa.

Essa, portanto, é a métrica até agora fixada por esta Corte, para as eleições de 2022.

Ainda assim, entendi – **no voto que proferi quando do julgamento do pedido de medida liminar veiculado na Rp nº 0601432-30/DF**, cujo julgamento se encerrou na meia noite do dia 17.10.2022, em que se questiona exatamente **a peça publicitária em bloco, da qual foram extraídos os trechos divulgados na modalidade inserção e aqui questionados** – que este caso era de **inexistência de fato chapadamente inverídico**, especialmente porque as informações ali lançadas, **todas extraídas de matérias jornalísticas ou de falas públicas do candidato representante**, poderiam até comportar granulações, detalhamento ou complementações, mas nem de longe se enquadravam como falsas.

Eis o voto que proferi na referida oportunidade, a revelar o olhar que **ainda tenho da matéria**:

[...]

(...) registro que, consoante já tive a oportunidade de enfatizar em diversas decisões anteriores, entre elas a Rp nº 0600229-33/DF, o meu entendimento é no sentido do **minimalismo judicial em tema de intervenção no livre mercado de ideias políticas**, de sorte a conferir tratamento preferencial à liberdade de expressão e ao direito subjetivo do eleitor e da eleitora de obterem o maior número de informações possíveis para formação de sua escolha eleitoral, **inclusive para aquilatar eventuais comportamentos supostamente desleais ou inapropriados**.

No entanto, o Plenário desta Corte Superior, considerando o peculiar contexto inerente às eleições de 2022, com “grande polarização ideológica, intensificada pelas redes sociais”, firmou orientação no sentido de uma “atuação profilática da Justiça Eleitoral”, em especial no que concerne a qualquer tipo de comportamento passível de ser enquadrado como **desinformativo** (R-Rp nº 0600557-60/DF, red. p/ o acórdão Min. Ricardo Lewandowski, PSESS de 1º.9.2022, **em que fiquei vencida isoladamente**) e **flagrantemente ofensivo**. Também assim, o julgamento da Rp nº 0600851-15/DF, red. p/ o acórdão Min. Alexandre de Moraes, PSESS de 22.9.2022, ocasião em que esta Casa voltou a destacar o direito do eleitorado não apenas de ter acesso à mais ampla informação, mas, também e sobretudo, à informação “verdadeira” e “não fraudulenta”, com o que se conferiu a esta Casa **um dever de**



filtragem mais fino.

Em **idêntico** sentido, na sessão jurisdicional de 13.10, o Plenário desta Casa determinou, nos autos da RP 0601373-42, **a remoção de matéria jornalística, sem nenhuma edição, veiculada ainda no ano de 2011 pela TV Record**, envolvendo o debate público então travado em torno do combate a homofobia nas escolas, por se haver considerado que o título atribuído à mídia (19.05.2011 – kit gay causa polêmica) era desinformativo.

Nesse mesmo julgamento, **em que fiquei vencida** ao lado do Ministro Sergio Banhos, o Ilustre Presidente desta Casa, Ministro Alexandre de Moraes, registrou que a associação de diversos fatos verdadeiros a uma conclusão inverídica também configura “fake news”. Sua Excelência também destacou que o só fato de determinadas **matérias terem sido divulgadas em veículos tradicionais de imprensa não afasta eventual natureza desinformativa.**

Também na sessão de 13.10.2022, o Plenário desta Casa, vencidos os Ilustres Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Sergio Banhos e Carlos Horbach, determinou a imediata remoção dos conteúdos da URL mencionada no acórdão, nos autos da RP nº 0601372-57, por entender que, mesmo tratando-se de um vídeo estruturado a partir de conteúdo jornalístico, apresentava “desordem informacional” apta a conduzir as pessoas a uma conclusão falsa.

Essa, portanto, é a métrica até agora fixada por esta Corte, para as presentes eleições de 2022 e **é exatamente em razão disso que optei por remeter o presente pedido de medida liminar diretamente ao crivo deste Plenário**, com toda urgência, para evitar que meu olhar eventualmente **dissonante** (que seria externado em sede liminar) não **retarde** a materialização do direito, tal como assim o enxerga o somatório de vozes do colegiado.

Pois bem, consoante relatado, o que se pretende, em sede de tutela provisória de urgência, **é a suspensão de suposta veiculação de desinformação e ofensas contra o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva**, na tentativa de taxá-lo como **leniente** no combate à criminalidade, **durante programa em bloco de rede de televisão transmitido nos dias 11 e 12.10.2022.**

Antes de tudo o mais, **afasto, desde logo**, a plausibilidade jurídica da alegada ofensa ao art. 242 do Código Eleitoral, ao argumento **de que a peça impugnada empregaria, indevidamente, meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais, em violação ao disposto no art. 242 do Código Eleitoral e no art. 10 da Res.-TSE nº 23.610/2019.**

Pois bem, nos termos do art. 10, § 1º, da Res.-TSE nº 23.610/2019, “a restrição ao emprego de meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais e passionais **não pode ser interpretada de forma a inviabilizar a publicidade das candidaturas ou embaraçar a crítica de natureza política, devendo-se proteger, no maior grau possível, a liberdade de pensamento e expressão**” (Rp nº 0600896-19/DF, de minha relatoria).

Nessa mesma linha, a jurisprudência desta Corte Superior, firmada na perspectiva da parte final do *caput* do art. 242 do Código Eleitoral, é no sentido de que tal dispositivo **não pode ser interpretado como impeditivo à crítica de natureza política**, mesmo que dura e ácida, mas que é inerente ao próprio debate eleitoral e,



como consequência, ao próprio regime democrático (Rp nº 1201-33/DF, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, PSESS de 23.9.2014).

Aliás, “sendo objetivo da propaganda – ou pelo menos da boa propaganda – exatamente gerar nos seus destinatários os mais variados estados mentais, emocionais ou passionais, impõe-se ao intérprete especiais cautelas na exegese do art. 242 do Código Eleitoral de 1965, sob pena de ser inviabilizada a publicidade das candidaturas” (R-Rp nº 0601044-69/DF, rel. Min. Carlos Horbach, PSESS de 20.9.2018).

Esse entendimento vem sendo **reiterado** pelo E. Plenário desta Corte para o presente pleito eleitoral, no Referendo na **Rp nº 0601022-69/DF**, de minha relatoria, assim ementado:

“ELEIÇÕES 2022. REPRESENTAÇÃO. CANDIDATO. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROPAGANDA ELEITORAL NEGATIVA. IRREGULARIDADE. IMPULSIONAMENTO. INTERNET. AUSÊNCIA DO CNPJ. INDICAÇÃO. LEGENDAS. COLIGAÇÃO. REMOÇÃO DO CONTEÚDO. MEDIDA LIMINAR REFERENDADA.

*1. Nos termos do art. 10, § 1º, da Res.-TSE nº 23.610/2019, “a restrição ao emprego de meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais e passionais **não pode ser interpretada de forma a inviabilizar a publicidade das candidaturas ou embaraçar a crítica de natureza política, devendo-se proteger, no maior grau possível, a liberdade de pensamento e expressão**” (destaquei).*

*2. A jurisprudência desta Corte Superior, firmada na perspectiva da parte final do caput do art. 242 do Código Eleitoral, é no sentido de que tal dispositivo **não pode ser interpretado como impeditivo à crítica de natureza política**, mesmo que dura e ácida, mas que é inerente ao próprio debate eleitoral e, como consequência, ao próprio regime democrático.*

*3. A aplicação da norma proibitiva do art. 242 do CE é cabível apenas em **hipóteses excepcionalíssimas**, sob pena de **esvaziamento** completo, ao fim e ao cabo, de toda e qualquer propaganda eleitoral, **naturalmente vocacionada a despertar sentimentos e emoções, já que a escolha eleitoral nem de longe pode ser qualificada como puramente racional.***

[...]”.

Sempre pertinentes, sob tal aspecto, as lições do saudoso Ministro Gerardo Grossi, expendidas no julgamento de caso histórico (Rp nº 587/DF, PSESS de 21.10.2002), em que conhecida atriz de televisão, em determinada propaganda eleitoral, fazia forte depoimento reconhecendo “ter medo” da vitória da candidatura opositora, o que ensejou interessante debate, nesta Corte, sobre o sentido e o alcance da norma inscrita no art. 242 do CE (p. 3-4):

[...]

2. Ao que disse, acrescento que me parece lícito uma pessoa – artista ou não – dizer, publicamente, que tem medo das próprias previsões e análises que faz em torno da vitória de um ou outro candidato à Presidência da República.



3. Na propaganda eleitoral, caberá ao eleitor concordar ou não com tais previsões e análises. É preciso confiar no seu discernimento, nas suas razões para optar por este ou por aquele candidato, sob pena de não se estar acreditando na própria substância do processo democrático representativo.

[...]

6. Há, é força confessar, uma certa semelhança entre o dispositivo da Lei de Segurança Nacional e o art. 242 do Código Eleitoral, reproduzido no art. 6º da Resolução nº 20.988. A introdução, nestes, do advérbio “artificialmente” não os melhora. Enfim, na propaganda eleitoral, como distinguir, com alguma clareza, o que é ou não artificial?

Nesse mesmo julgamento (Rp nº 587/DF, p. 5), igualmente preciosas as observações do Ministro Sepúlveda Pertence a reforçarem a premissa de **aplicação apenas em hipóteses excepcionalíssimas da norma proibitiva do art. 242 do CE, sob pena de esvaziamento completo, ao fim e ao cabo, de toda e qualquer propaganda eleitoral:**

Preocupou-me, na representação que trouxe aqui, a invocação do art. 242 do Código Eleitoral, que é, sim, da redação original do Código. O que introduziu a lei posterior foi apenas a exigência da menção à legenda partidária, e não poderia ser de outra forma.

A frase, esta, sim, nos causa medo. Ela é a recordação inevitável, para mim como para o Ministro Gerardo Grossi, de quantas vezes a ouvimos repetida nas auditorias militares, fruto da doutrina da segurança nacional então imposta como artigo de fé aos países periféricos caídos sob o autoritarismo.

A transposição da Lei de Segurança Nacional para o Código Eleitoral desta vedação de criar pela palavra estados mentais, emocionais ou passionais, vale, na verdade, pela proibição de qualquer propaganda eleitoral verdadeira, e antecipa de certo modo, no Código Eleitoral, aquele ideal a que então não se ousou chegar, o modelo da Lei Falcão, em que só se criava tédio.

De fato, Sr. Presidente, assim como a prognose do paraíso como resultante da eleição de certo candidato, a prognose do inferno como resultado da eleição do adversário, é, sim, mantidos os limites do Direito Penal de certas vedações higiênicas da Lei Eleitoral, o sentido de toda propaganda eleitoral. É, sim, se não criar estados passionais, pelo menos estados mentais e emocionais favoráveis ao candidato que se promove, desfavoráveis ao candidato que se critica.

Pois bem, passo, agora, a analisar as **demais alegações suscitadas pela representante**, em especial que a propaganda ora questionada revelaria **fatos gravemente descontextualizados**, a ponto de torná-los **desinformativos**, além de **ofensivos à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva**.

O conteúdo ora questionado é longo (5 minutos de mídia) e pode ser dividido **em alguns blocos fáticos**.

No primeiro bloco, **são exibidas matérias jornalísticas** com a informação de que, no primeiro turno das eleições de 2022, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva **teria sido o mais bem votado em quatro presídios**. Uma das informações lançadas



neste primeiro bloco, inclusive, qual seja, a de que o referido candidato teria obtido 98% dos votos dos presos em Tremembé, é atribuída a este Tribunal Superior Eleitoral.

Pois bem, interessante registrar, neste ponto, que a autora **NÃO SUSTENTA, em nenhum momento, que as matérias jornalísticas são fraudulentas ou que os percentuais de votação ali mencionados seriam falsos.**

Não são trazidos números diferentes dos apresentados na peça publicitária, com apoio em matérias jornalísticas também não infirmadas.

Ao contrário disso, o que sustenta a representante, essencialmente, é que teria havido “**omissão de dados essenciais**”, o que geraria a suposta descontextualização.

Para a autora, em resumo:

a) o recorte dos quatro presídios mencionados na peça publicitária **seria muito pequeno e não permitiria a generalização** de que o candidato Lula teria sido vencedor **em todas as demais unidades prisionais**;

b) muito embora os percentuais de votação indicados na propaganda possam ser **corretos**, o universo **nominal** de votantes não teria sido indicado e seria muito pequeno (apenas 19 presos estavam aptos a votar no presídio de Jaraguá do Sul; apenas 115 presos provisórios na Paraíba podiam votar), de sorte que, nos dizeres da inicial, seria “estatisticamente incorreto e gravemente descontextualizado”, a partir de “um recorte tão pequeno”, dizer que os presos votaram em Lula (ID 158231651, p. 7);

c) “mesários e policiais penais em serviço **também podem ter votado** na urna disponibilizada no complexo presidiário, deturpando ainda mais o número de votos de detentos” (p. 8);

d) e Bolsonaro liderou os votos para presidente no Complexo Penitenciário da Papuda – maior unidade prisional do Distrito Federal, de acordo com reportagem do Metrôpoles.

Quanto a este ponto, entendo **inexistir** plausibilidade jurídica à tese da representante, que, insisto, em momento nenhum afirma que os percentuais constantes da propaganda questionada seriam falsos e que as reportagens jornalísticas que os embasam seriam fraudulentas.

A demonstração concreta de que os dados fáticos utilizados na peça publicitária são **inverídicos é ônus que compete ao autor**, por revelar elemento **constitutivo** do direito supressivo que o próprio representante reivindica.

E, nesse cenário, se os **números trazidos na matéria não são desconfirmados pela autora, tendo sido extraídos de matérias jornalísticas cujos conteúdos também não são colocados em dúvida**, então entendo inexistirem, neste ponto, os pressupostos **excepcionais** a legitimarem a sempre **excepcional** intervenção supressiva por parte desta Justiça Eleitoral.

Como se sabe, a jurisprudência desta Casa orienta-se no sentido de que “a



mensagem, para ser qualificada como sabidamente inverídica, deve conter **inverdade flagrante que não apresente controvérsias**”, o que não ocorre na espécie. Nesse mesmo sentido: R-Rp nº 2962-41/DF, rel. Min. Henrique Neves da Silva, PSESS de 28.9.2010; e Rp nº 0601513-18/DF, rel. Min. Carlos Horbach, PSESS de 5.10.2018; DR nº 0600906-63/DF; e DR nº 0601035-68/DF, essas duas últimas de minha relatoria e relativas ao atual processo eleitoral.

Esta casa também já firmou o entendimento de que “não devem ser caracterizados como ‘fake news’ [...] as **notícias veiculadas em tom exaltado e até sensacionalista**” (REspEI nº 972-29/MG, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 26.8.2019 – p. 20, destaquei), assim como é cediço que fatos noticiados na mídia não embasam o pedido de direito de resposta por não configurar fato sabidamente inverídico (Rp nº 1393-63/DF, rel. Min. Admar Gonzaga, PSESS de 2.10.2014, entre outros).

Nesse contexto, impende destacar alguns julgados cuja *ratio decidendi* se aplica a este caso, embora referentes a pedido de direito de resposta:

ELEIÇÕES 2018. RECURSO INOMINADO. REPRESENTAÇÃO. DIREITO DE RESPOSTA. INSERÇÕES. VEICULAÇÃO. EMISSORAS DE TELEVISÃO. DESPROVIMENTO.

1. Na linha de entendimento desta Corte, o exercício do direito de resposta é viável apenas quando for possível extrair, das afirmações apontadas, fato sabidamente inverídico apto a ofender, em caráter pessoal, o candidato, partido ou coligação. Precedente.

2. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), a “liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também as que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas, pois a Democracia somente existe baseada na consagração do pluralismo de ideias e pensamentos políticos, filosóficos, religiosos e da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo” (ADI no 4439/DF, rel. Min. Luís Roberto Barroso, rel. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, DJe de 21.6.2018).

3. A propaganda questionada localiza-se na seara da liberdade de expressão, pois enseja crítica política afeta ao período eleitoral. Cuida-se de acontecimentos amplamente divulgados pela mídia, os quais são inaptos, neste momento, a desequilibrar a disputa eleitoral. Em exame acurado, trata-se de declarações, cuja contestação deve emergir do debate político, não sendo capaz de atrair o disposto no art. 58 da Lei nº 9.504/1997.

4. Recurso desprovido.

(R-Rp nº 0601054-16/DF, rel. Min. Sérgio Banhos, PSESS de 18.9.2018 – destaquei)

ELEIÇÕES 2018. RECURSO INOMINADO. REPRESENTAÇÃO. DIREITO DE RESPOSTA. INSERÇÕES. TELEVISÃO. INEXISTÊNCIA DE AFIRMAÇÃO



SABIDAMENTE INVERÍDICA. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DESPROVIMENTO.

*1. Na linha de entendimento desta Corte, o exercício do direito de resposta é viável **apenas quando for possível extrair, das afirmações apontadas, fato sabidamente inverídico apto a ofender, em caráter pessoal, o candidato, partido ou coligação. Precedente.***

*2. A propaganda eleitoral impugnada **foi embasada em notícias veiculadas na imprensa e em entrevistas concedidas pelo próprio candidato recorrente, inclusive com a exibição das manchetes dos jornais na propaganda eleitoral, como forma de demonstrar a origem das informações.***

3. Esta Corte já firmou o entendimento de que fatos noticiados na mídia não embasam o pedido de direito de resposta por não configurar fato sabidamente inverídico (Rp nº 1393-63/DF, rel. Min. Admar Gonzaga, PSESS em 2.10.2014).

4. A propaganda impugnada localiza-se na seara da liberdade de expressão, pois enseja crítica política afeta ao período eleitoral.

5. Recurso desprovido.

(R-Rp nº 0601420-55/DF, rel. Min. Sérgio Banhos, PSESS de 5.10.2018 – destaquei)

Cite-se, ainda, em reforço à ausência de plausibilidade jurídica da tese da autora, recente matéria jornalística publicada em 10.10.2022 pelo sítio “O Antagonista”, em que o referido veículo de imprensa, após compilar “os boletins de urna de 222 seções eleitorais destinadas ao voto de presos provisório”, realizou levantamento a revelar que, **no total**, “dos 14.653 autorizados a votar, 11.363 apareceram”, sendo certo que “Lula teve 80,59% dos votos válidos nas seções, contra 15,79% de Jair Bolsonaro”.

Tal levantamento, é bom que se diga, não foi questionado por nenhuma agência de checagem até o presente momento, de sorte que, ainda que se levantem dúvidas sobre números específicos, **não é possível afirmar tratar-se de informação sabidamente inverídica, pressuposto absolutamente indispensável, ao meu sentir, para o enquadramento dos fatos como sabidamente inverídicos.**

Isso significa, portanto, que, a não ser que a autora traga informações que **desautorizem os números indicados na propaganda eleitoral impugnada (todos eles extraídos de matérias jornalísticas)**, números agora confirmados por outro veículo de imprensa, descabe cogitar de fato sabidamente inverídico ou gravemente descontextualizado **na mera réplica de notícias jornalísticas que revelam o resultado eleitoral efetivamente alcançado dentro de um segmento muito específico do eleitorado, qual seja, no ambiente prisional.**

Já o segundo bloco fático, que pode ser definido como um “bloco de transição”, procura construir **narrativa política** sobre a possível razão da vitória de Lula dentre os presos provisórios. Aqui, portanto, não há fatos capazes de serem rebatidos. Mas pura construção de narrativa política, capaz de ser confrontada ou neutralizada, mas não de ser taxada como fraudulenta.



Esse segundo bloco tem o seguinte teor (ID 158231653):

Voz de um homem narrador:

E quer saber por que isso acontece? Porque o Lula defende coisas desse tipo:

Lula: “Eu não posso ver mais jovens, de 14 e 15 anos, assaltando e sendo violentado, assassinado pela polícia, às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular”.

Aqui, o que se sustenta é que a fala do candidato Luiz Inácio Lula da Silva **teria sido gravemente descontextualizada**. Para a representante, a fala não pode ser associada a qualquer tipo de “convivência” com criminalidade, em especial, àquela praticada por menores de idade, revelando, ao contrário disso, indignação “com a atual situação do país” (p. 11).

O discurso de onde foi extraído o trecho da fala utilizada na propaganda ora questionada tem o seguinte conteúdo, nos termos da petição inicial (p. 11):

*“[...] O que nós queremos, na verdade, é que esta gente saiba que este país é nosso. Eu não posso, aos 74 anos de idade, ver essa gente destruir o país que nós construímos. Eu não posso ver aumentar o número de gente dormindo na rua. Eu não posso ver aumentar o número de mulheres jovens vendendo o seu corpo a troco de um prato de comida. **Eu não posso ver mais jovem de 14 e 15 anos assaltando e sendo violentado, assassinado pela polícia, às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular.**”*

Se as pessoas tiverem onde trabalhar, se as pessoas tiverem salário, se as pessoas tiverem onde estudar, se as pessoas tiverem acesso à cultura, a violência vai cair. E nós temos que dizer, contra a distribuição de armas de Bolsonaro, nós vamos distribuir livros, vamos distribuir emprego, vamos distribuir acesso à cultura. É esse país que nós queremos e sabemos como construir. É este país que a gente ver todo santo dia eles falarem que é preciso.”
(Grifos no original)

Também aqui, com todas as vênias, **não identifico grave descontextualização da fala do representado**, a ponto de lhe alterar substancialmente o conteúdo, **subvertendo-o para que tivesse significação flagrantemente distinta daquela pretendida pelo emissor do discurso**.

O que há, no meu entender, é o uso **legítimo de recursos publicitários**, claramente voltados para destacar as diferenças, **que são significativas e de conhecimento público**, entre as visões de cada um dos candidatos à presidência da República **sobre a complexa temática do combate à violência pública**.

Enquanto o candidato Jair Bolsonaro defende aberta e publicamente **a redução da maioria penal e a ação armada de policiais e até mesmo do próprio cidadão**, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, nos termos da sua própria fala utilizada na peça ora questionada, inconformado com a situação do “jovem de 14 e 15 anos assaltando” e “sendo violentado” “porque roubou um celular”, entende que a redução da violência passa, em especial, **pelo acesso ao trabalho, pela política de salário, pela democratização dos locais de estudo**, além de “acesso à cultura”. Nos dizeres do próprio candidato Luiz Inácio Lula da Silva, nessas



condições, “a violência vai cair”.

E é exatamente essa **diferença substancial de posicionamentos** sobre um problema tão delicado que é explorada pelo conteúdo ora questionado, **dentro de um campo que entendo legítimo de construção narrativa**: a propaganda **parte do ponto de vista do candidato Luiz Inácio Lula da Silva e de falas reais por si já proferidas para posicionar o candidato Jair Messias Bolsonaro como alegadamente mais “linha dura” e, portanto, supostamente mais adequado para reduzir a criminalidade.**

Se os pontos de vista do candidato Jair Messias Bolsonaro de fato são os mais efetivos e adequados ao combate à criminalidade ou, ainda, se o posicionamento do candidato Luiz Inácio Lula da Silva – no sentido de que emprego, salário, educação e cultura são caminhos para a redução da violência – significa qualquer tipo de “rédea frouxa” contra o crime, **esses são debates de cunho eminentemente político**, legítimos, portanto, e que devem ser travados de **forma ampla, livre e vertical** no espaço da propaganda eleitoral, sem qualquer atuação interventiva por parte do Poder Judiciário, **para que o eleitor tenha o mais amplo acesso a todas as informações envolvendo as candidaturas em disputa no momento de formação da sua escolha cidadã, que, insisto, nem de longe é uma escolha puramente racional.**

Se a fala explorada na peça publicitária efetivamente foi feita e se ela revela uma legítima forma de pensar o problema da violência pública, **então descabe neutralizar, pela via judicial**, críticas duras e ácidas que venham a ser construídas em torno desse posicionamento.

Já o **terceiro** bloco fático da propaganda ora questionada consiste na reprodução de trecho de reportagem jornalística veiculada na “CNN Brasil”, em que aquela emissora de televisão a cabo relata, sob a **manchete “Lula: Pediu a FHC que soltasse sequestradores de Abílio”**, fala do já candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em evento eleitoral ocorrido em Alagoas.

A fala mencionada do candidato, transmitida pela CNN e replicada, sem edições, pela propaganda eleitoral agora questionada, tem o seguinte conteúdo (ID 158231653):

“Eu fui na cadeia dia 31 de dezembro conversar com os meninos e falei: ‘olha, vocês vão ter que dar a palavra pra mim. Vocês vão ter que garantir pra mim que vão acabar com a greve de fome agora e vocês vão ser soltos. E eles respeitaram a proposta, pararam a greve de fome e foram soltos e eu não sei aonde é que eles estão agora.”

Encerrada essa fala, **ainda neste terceiro bloco fático**, sobrevém a apresentadora, que faz as seguintes afirmações, dialogando com o conteúdo acima transcrito (ID 158231653):

CARLA CECATO:

“Você não sabe, Lula, mas a família do Victor Hugo sabe.

[recortes da Revista Oeste que afirma que um dos sequestradores de Abílio Diniz matou vigilante de banco em 2020]



CARLA CECATO:

O Victor Hugo foi assassinado por um dos bandidos que você mandou soltar. Agora imagina se o Lula volta: o bandido sequestra a pessoa, ameaça a família, é preso, faz uma greve de fome e é solto. E pode matar um inocente. Tá explicado porque é que os bandidos gostam tanto do Lula.”

Neste ponto, a coligação representante sustenta que houve grave **descontextualização** das falas do candidato Luiz Inácio Lula da Silva **relativamente aos sequestradores de Abílio Diniz, o que faz nos seguintes termos** (ID 158231651, p. 13-16):

*“[...] os condenados **já estariam aptos a progredir de regime**, o que não estava sendo observado pelas autoridades judiciárias, o que motivou **protestos que desafiavam a humanidade dos espectadores**, com esses personagens sendo internados em hospitais em razão da autoprivação de água e comida. Foi nesse contexto, portanto, que Luiz Inácio Lula da Silva **buscou ajudar, em verdadeira missão humanitária**.*

[...]

*O então Presidente da República, após a soltura desses presos, **extraditou** os dois canadenses, cinco chilenos e os dois argentinos para seus respectivos países para que cumprissem suas penas em sua terra natal. Neste contexto se deu o discurso proferido pelo ex-Presidente Lula [...]*

*Do contexto fático posto, tem-se a realidade dos fatos: os responsáveis pelo crime cometido contra o Sr. Abílio Diniz cumpriram suas penas no Brasil (quase 10 anos) e **depois ainda foram extraditados para os seus países, sendo, portanto, responsabilidade dos seus países de origem o cumprimento do restante da pena**.*

[...]

*Os Representados buscam com isto incutir no eleitorado que o ex-Presidente Lula é conivente com os crimes cometidos dentro do país e, ainda, exerce influência para que os criminosos sejam libertados. O que não condiz com a verdade dos fatos. **O candidato da coligação Representada intermediou junto ao Presidente da República à época a extradição dos responsáveis, nunca sua soltura**.*

Em resumo, o que sustentam os representantes é que não houve propriamente intermediação pela “soltura” pura e simples dos sequestradores, mas, apenas, **soltura para posterior extradição**.

Alegam, também, que o caso era “humanitário” e que os presos já teriam alcançado condições objetivas para conquistarem a progressão de regime.

Com todas as vênias devidas, também aqui não vislumbro qualquer grave descontextualização que, se existente fosse, seria imputável também à “CNN Brasil”, cuja matéria jornalística é meramente reproduzida na peça publicitária ora questionada, e que tem a seguinte manchete televisiva, como já dito: “Lula: **Pedi a FHC que soltasse sequestradores de Abílio**”.



Ora bem, a análise da íntegra da fala trazida pela autora revela que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva expressamente reconheceu seu papel determinante, na condição de interlocutor, na “soltura” daqueles “dez jovens” que “cometeram um erro” e que corriam o risco de “morrer na cadeia”.

Sua fala, nesse ponto, é concluída com a afirmação de que “Eles respeitaram a proposta, pararam a greve de fome e foram soltos. E eu não sei onde eles estão agora”.

Se é assim, inexistente descontextualização.

Ao contrário disso, quer me parecer que o que pretende a representante é “explicar melhor” ou **detalhar** uma declaração eventualmente **incompleta** ou **mal colocada pelo próprio candidato**, que em nenhum momento fala em “extradição” ou registra que aqueles “10 jovens” já teriam cumprido sua pena no Brasil.

Ou seja, não há a menor dúvida de que a **desinformação** e a **desconstrução de figuras políticas a partir de fatos sabidamente inverídicos ou substancialmente manipulados devem ser rapidamente reprimidas pela Justiça Eleitoral**, por configurarem, como dito, verdadeira falha no livre mercado de circulação das ideias políticas, que pode desembocar na **indução do eleitor em erro**, com comprometimento da própria **liberdade de formação da escolha cidadã**.

Todavia, em casos assim, em que a declaração efetivamente ocorreu e somente foi divulgada pela grande imprensa, **sem qualquer grave descontextualização que tenha subvertido e alterado, por completo, o sentido daquilo o quanto dito pelo candidato**, descabe fazer uso da representação para fins de esclarecimento, complementação ou ratificação do quanto dito.

A própria CNN Brasil, insista-se, ao divulgar a fala do candidato, foi clara ao prescrever, em manchete, que o candidato reconheceu: **“Pedi a FHC que soltasse sequestradores de Abílio”**. Lula, portanto, como protagonista na soltura dos sequestradores de Abílio Diniz.

Tal como ponderei na Rp 060092739, a representação **não se presta a conferir amplitude e visibilidade a eventual corrigenda ou detalhamento ou explicação pelo candidato, a quem competirá neutralizar as críticas que sofreu e vem sofrendo por eventual declaração incompleta, imprecisa ou mal colocada, no campo do próprio discurso político**.

Por outro lado, a **morte** de um rapaz de nome Victor Hugo justamente por um dos 10 sequestradores de Abílio Diniz que foram “soltos” no episódio narrado pelo próprio candidato Luiz Inácio Lula da Silva **não é colocada em dúvida pela representante. Trata-se de fato, portanto, incontroverso**.

Esse fato também é objeto de matéria jornalística, não impugnada pelo representante.

A irresignação da representante não se refere ao fato em si, mas à **construção narrativa que é feita em seguida**, a partir desse fato não questionado. Explico.

Na parte final desse quarto bloco, há, ainda, agora sim, a efetiva **construção de narrativa política crítica, dura e desconfortável**, em que, a partir de todos os fatos



jornalísticos apresentados ao longo da peça, inclusive aqueles contendo falas do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a apresentadora afirma o seguinte:

CARLA CECATO:

Agora imagina se o Lula volta: o bandido sequestra a pessoa, ameaça a família, é preso, faz uma greve de fome e é solto. E pode matar um inocente. Tá explicado porque é que os bandidos gostam tanto do Lula.

Nesse ponto, a parte representante sustenta que os “Representados pretendem fazer a ligação de que a atuação de Lula foi responsável pela morte de outra pessoa”, o que seria “mentiroso e vil” (ID 158231651, p. 15-16).

Também aqui, com todo respeito, **não encontro narrativa que busque responsabilizar pessoalmente o candidato Luiz Inácio Lula da Silva pela morte de quem quer que seja, o que seria absolutamente inaceitável.**

Vejo, ao contrário disso, construção narrativa legítima e que, **bem ou mal, certa ou errada** (e esse juízo compete por excelência ao eleitor, e não ao Poder Judiciário), **procura desqualificar qualquer política criminal que não seja fundada na cultura do encarceramento (que, ao que parece, é a defendida pelo candidato Jair Messias Bolsonaro)**, deixando assentada a premissa de que institutos como o da “progressão de regime prisional” ou da “liberdade condicional” ou o combate à violência por fórmulas distintas da prisão **qualificam-se como estímulos para a reincidência.**

Não vejo, com todo respeito aos que pensam diferentemente, a construção de qualquer **FATO sabidamente inverídico**, extraído de elementos verídicos e matérias jornalísticas verdadeiras.

Vejo, ao contrário disso, a partir dessas matérias jornalísticas e de falas do próprio candidato, a construção de uma **narrativa eminentemente política.**

Narrativa política que é crítica, ácida, cáustica, desagradável, porém, no meu entendimento, legítima, e que deve ser combatida, debatida, esmiuçada, dentro do livre espaço de debate público, em respeito à própria liberdade informacional do eleitor.

Narrativa política que, ao fim e ao cabo, tem o objetido de incutir no eleitorado a ideia de que as políticas defendidas pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, supostamente “linha dura”, seriam mais adequadas e efetivas que as políticas defendidas por Luiz Inácio Lula da Silva, no combate à violência.

E esse trecho **não de fatos, mas de narrativas políticas por excelência**, deve ser solucionado exclusivamente pelo eleitor, no mais desembaraçado espaço de debate público.

Seria lícito, segundo entendo, a *contrario senso*, que a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de falas antigas do candidato Jair Messias Bolsonaro e de matérias jornalísticas, construísse, por exemplo, narrativa política negativa, que vinculasse referido candidato a **comportamentos truculentos**, ou, ainda, a **morte de pessoas inocentes em operações policiais ou em situações de excesso praticadas pelas forças de segurança.**



Essa seria, hipoteticamente, uma narrativa política, certa ou não, justa ou não, mas inequivocamente **POSSÍVEL**, e que também deveria ser **respondida e neutralizada** no espaço do debate político, igualmente sem nenhuma interferência do Poder Judiciário e sem qualquer enquadramento legítimo em desinformação.

Essa iniciativa, aliás, já foi adotada pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, consoante informa matéria jornalística do sítio O Globo (<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/10/pt-revidaprograma-de-tv-do-pl-associando-lula-a-criminosos-com-video-assassinosa-poiambolsonaro.ghtml>), em duríssima peça publicitária intitulada “Os maiores assassinos do Brasil apoiam Bolsonaro”.

Em resumo: a identificação daquilo que é fato sabidamente inverídico, a ponto de legitimar a atuação interventiva desta Justiça Eleitoral, não pode, segundo entendo, inviabilizar a construção de **narrativas políticas possíveis, mesmo que desfavoráveis, a partir de falas públicas, fatos pretéritos e, em especial e sobretudo, notícias jornalísticas.**

Traçar um perfil desabonador do adversário, precisamente a partir de comportamentos, falas e episódios pretéritos, especialmente os noticiados pela imprensa, é da própria essência do debate eleitoral, muitas vezes áspero e desagradável.

E, no meu olhar, apenas quando esse perfil desabonador for construído sobre **FATOS MANIFESTAMENTE INVERÍDICOS ou MENTIROÇOS, TUDO ISSO COMPROVADO DE PLANO PELO REPRESENTANTE, enquanto elemento constitutivo de seu direito**, é que se tornará possível a intervenção corretiva deste Poder Judiciário, para evitar a indução do eleitor em erro.

Nesse sentido, julgado anterior desta Casa, no sentido de que “a livre circulação de pensamentos, opiniões e críticas visam a fortalecer o Estado Democrático de Direito e à democratização do debate no ambiente eleitoral, de modo que a intervenção desta JUSTIÇA ESPECIALIZADA deve ser mínima em preponderância ao direito à liberdade de expressão. Ou seja, a sua atuação deve coibir práticas abusivas ou divulgação de notícias falsas, de modo a proteger a honra dos candidatos e garantir o livre exercício do voto” (AgR-REspEI nº 0600396-74/SE, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 21.3.2022).

De igual modo, é assente na Suprema Corte que “o direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, **mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas majorias. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional**” (ADI nº 4451/DF, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 6.3.2019 – destaquei).

Cito, ainda, em arremate, as lições de Clarissa Piterman Gross, Professora e Coordenadora da Plataforma de Liberdade de Expressão e Democracia na Escola de Direito de São Paulo da FGV, na obra coletiva **Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito** (3ª ed, RT, 2022, p 117):

“Uma primeira conclusão, talvez um pouco frustrante, a que podemos chegar a partir da constatação da importância constitutiva da liberdade de expressão para



o autogoverno é a de que **a democracia é um jogo difícil**. Essa é uma dificuldade com que cada um de nós talvez já se deparou quando confrontado com o cenário político brasileiro, independentemente da posição política que cada um sustenta. Trata-se da dificuldade de coordenação de um debate racional de ideias, somadas à dificuldade de disseminação das convicções que pensamos acertadas, sejam essas quais forem. **A maior parte das pessoas experimenta a sensação de desconforto e até de raiva e indignação em face a ideias, afirmações e teses que circulam no debate público das quais discordam radicalmente**. O que a concepção constitutiva da liberdade de expressão afirma é que por mais que possamos, e devemos, engendrar esforços para a melhoria da qualidade do debate público (seja qual for a noção de debate público de qualidade que sustentemos), **há limites importantes sobre os meios pelos quais podemos fazê-lo**. A violação de direitos individuais de expressão é um limite importante, sob pena de comprometermos a própria legitimidade do exercício da autoridade estatal sobre aqueles a quem excluimos do debate público. A exclusão do debate público baseada no juízo de pouco valor das informações, opiniões e crenças das pessoas é uma violação da igualdade (...)"

Finalmente, também não vislumbro, nesta sede cautelar, a alegada ofensa ao art. 74 da Res.-TSE nº 23.610/2019 (art. 54 da Lei nº 9.504/1997), que estabelece o limite temporal de 25% para participação de **apoiador** na propaganda eleitoral.

Conforme enfatizei nos autos da Rp nº 0600890-12/DF, a legislação eleitoral estabelece regra **objetiva e linear**, no sentido de que **apenas podem aparecer, nos programas e nas inserções de rádio e de televisão, os próprios candidatos e seus apoiadores (candidatos a outros cargos, ou não), sendo certo que estes últimos não podem ocupar mais de 25% do tempo de cada peça**, tudo nos termos do art. 54 da Lei nº 9.504/1997:

Art. 54. Nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no § 2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, jingles, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, inclusive os candidatos de que trata o § 1º do art. 53-A, que poderão dispor de até 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais.

O art. 74, caput e §§ 3º e 4º, da Res.-TSE nº 23.610/2019 também é claro nesse sentido:

Art. 74. Nos programas e nas inserções de rádio e de televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido político, federação ou coligação, só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no § 2º deste artigo, candidatas, candidatos, caracteres com propostas, fotos, jingles, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número da candidata, do candidato ou do partido político e de pessoas apoiadoras, inclusive as candidatas e os candidatos de que trata o § 1º do art. 53-A da Lei nº 9.504/1997, que poderão dispor de até 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. [...]



§ 3º O limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no caput aplica-se à participação de quaisquer apoiadoras e apoiadores no programa eleitoral, pessoas candidatas ou não;

§ 4º Considera-se apoiadora ou apoiador, para fins deste artigo, a figura potencialmente apta a propiciar benefícios eleitorais à candidata, ao candidato, ao partido, à federação ou à coligação que veicula a propaganda, não integrando tal conceito as pessoas apresentadoras ou interlocutoras, que tão somente emprestam sua voz para transmissão da mensagem eleitoral.

Consoante entendimento deste Tribunal Superior, “o limite de 25% do tempo do horário eleitoral gratuito, a que se refere o art. 54 da Lei nº 9.504/1997, **é imposto exclusivamente em relação aos apoiadores, candidatos ou não, que vierem a participar do programa, sendo os restantes 75% destinados aos diferentes tipos de linguagens publicitárias permitidas no dispositivo, tais como caracteres com propostas, fotos, jingles, clipes com músicas ou vinhetas e, também, manifestações do candidato**” (R-Rp nº 0601254-23/DF, rel. Min. Carlos Horbach, PSESS de 27.9.2018 – destaquei).

Tal como também ponderei na mencionada Rp nº 0600890-12/DF, deve ser enquadrada juridicamente como “apoiador”, para cálculo do limite fixado no art. 54 da Lei nº 9.504/1997, toda pessoa que possua **potencialidade de proporcionar algum tipo de benefício eleitoral ao candidato apoiado, agregando-lhe qualquer tipo de valor, atributo ou prestígio**. Tal compreensão, inclusive, foi corroborada pelo Plenário desta Casa, no julgamento do recurso na Rp nº 0601163-88, de minha relatoria, confira-se:

ELEIÇÕES 2022. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO. INSERÇÃO. TELEVISÃO. PARTICIPAÇÃO DE APOIADOR(A). LIMITE DE 25% DO TEMPO DA INSERÇÃO OU BLOCO. IRREGULARIDADE NÃO IDENTIFICADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

A legislação eleitoral estabelece regra objetiva e linear, no sentido de que apenas podem aparecer, nos programas e nas inserções de rádio e de televisão, os próprios candidatos e seus apoiadores (candidatos a outros cargos, ou não), sendo certo que estes últimos não podem ocupar mais de 25% do tempo de cada peça. (art. 54 da Lei no 9.504/1997, c/c o art. 74, caput e §§ 3º e 4º, da Res.- TSE nº 23.610/2019). Precedentes.

Deve ser enquadrada juridicamente como “apoiador”, para cálculo do limite fixado no art. 54 da Lei nº 9.504/1997, toda pessoa que possua potencialidade de proporcionar algum benefício eleitoral ao candidato apoiado, agregando-lhe qualquer tipo de valor, atributo ou prestígio (Rp no 0600890-12/DF).

[...]

(R-Rp nº 0601136-88/DF, de minha relatoria, PSESS de 30.9.2022).

Nesse sentido, a abalizada doutrina de Rodrigo López Zilio ensina que “de acordo com o TSE, apoiador é a figura **potencialmente apta a propiciar benefícios eleitorais ao candidato, partido, federação ou coligação que veicula a**



propaganda, não integrando tal conceito as pessoas apresentadoras ou interlocutoras, que tão somente emprestam sua voz para a transmissão da mensagem eleitoral” (ZILIO, Rodrigo López. *Direito Eleitoral*. 8. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022. p. 487 – destaquei).

À luz dessas premissas, verifica-se que a locutora da mencionada peça publicitária figura como **mera apresentadora, locutora, narradora**, na medida em que empresta sua voz e imagem para edição da propaganda eleitoral veiculada, sem, contudo, agregar **prestígio eleitoral ou transferir atributos pessoais** ao candidato **que sejam de conhecimento do grande eleitorado**.

Precisamente por isso, a referida locutora **não** se qualifica **juridicamente como apoiadora**, de sorte que sua participação é de ser entendida como uso de recurso publicitário na divulgação da mensagem eleitoral, inserido dentro dos 75% da propaganda, que são destinados aos diferentes tipos de linguagens publicitárias.

Em resumo: a peça publicitária ora questionada é rude. Grosseira, talvez. Incômoda. Desconfortável. Mas, segundo entendo, não veicula FATO falso, mas, sim, narrativa política **possível, extraída de fatos públicos, falas reais e matérias jornalísticas**, e construída em torno do perfil de cada candidatura no enfrentamento da violência pública, matéria política por excelência.

Todos esses fundamentos, portanto, levam-me a entender pela **inexistência de irregularidade da propaganda eleitoral** veiculada, o que me impede de deferir o pedido de medida cautelar formulado pela representante.

Ante todo o exposto, voto pelo **indeferimento do pedido de tutela provisória de urgência**.

É como voto.

No entanto, fiquei **vencida** no referido julgamento, juntamente com o Ilustre Ministro Raul Araújo.

Prevaleceu, na ocasião, o voto divergente proferido pelo eminente Ministro Alexandre de Moraes, Presidente desta Casa, que vislumbrou, **em todos os blocos fáticos questionados**, a “ocorrência de grave descontextualização de fatos e falas, inclusive mediante artifício de supressão de dados essenciais à precisa compreensão do cenário abordado na propaganda”, o que fez em manifestação que possui as seguintes passagens:

“Divirjo parcialmente da e. Ministra Relatora.

A propaganda questionada consubstancia-se em bloco de cinco minutos, no qual foram veiculadas, em linhas gerais, informações sobre resultados da votação em unidades prisionais e excertos de falas do candidato Luiz Inácio Lula da Silva que denotariam sua leniência para com a criminalidade.

Com base em tais publicações, a representante afirma que os representados praticaram propaganda eleitoral irregular, que perpassou falas e fatos descontextualizados, e, portanto, desinformadores, no afã de promover a ideia de que o candidato da representante à Presidência da República seria apoiado pelo crime.



Na inicial estão espelhados trechos da publicidade contestada:

“Esse é o presídio de Tremembé, talvez você não saiba, mas os presos que estão aqui e em outros presídios do Brasil também votam para escolher presidente. As últimas eleições mostraram muitas diferenças entre o Presidente Bolsonaro e o candidato Lula. Uma delas, você precisa saber antes de você votar no próximo dia trinta de outubro. Sabe onde Lula teve mais votos do primeiro turno das eleições? Nas cadeiras e presídios do Brasil. No presídio de Tremembé, Lula teve 93% dos votos dos presos. Lula é o candidato mais votado no Presídio de Jaraguá do Sul. Lula recebe 90,3% dos votos em presídios da Paraíba. O Lula é o mais votado do presídio Urso Branco.” (...) NARRADOR: É, e quer saber por que isso acontece? Porque o Lula defende coisas desse tipo. Eu não posso ver mais jovem de catorze, quinze anos assaltando e sendo violentado, assassinado pela polícia, às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular.” (...) JORNALISTA: Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, durante evento em Maceió, que procurou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para libertar os sequestradores do empresário Abílio Diniz da prisão. Ex-Presidente Lula em discurso: “Eu fui da cadeia dia 31 de dezembro, conversar com meninos e falei, olha, vocês vão ter que dar a palavra para mim, vocês vão ter que garantir para mim que vão acabar com a greve de fome agora. E, vocês vão ser soltos e eles respeitaram a proposta, pararam a greve de fome e foram soltos e eu não sei onde que eles estão agora. CARLA CECATO: Você não sabe, Lula, mas a família do Vitor Hugo sabe.

CARLA CECATO: Vitor Hugo foi assassinado por um dos bandidos que você mandou soltar. Agora imagina se o Lula volta? O bandido sequestra pessoa, ameaça família, é preso, faz uma greve de fome e é solto. E, pode matar um inocente. Tá explicado porque os bandidos gostam tanto do Lula.”

Do exame dos elementos informativos que guarnecem os autos, denota-se **a ocorrência de grave descontextualização de fatos e falas, inclusive mediante artifício de supressão de dados essenciais à precisa compreensão do cenário abordado na propaganda.**

Quanto ao primeiro bloco da publicidade contestada, há tentativa de atrelar a figura do candidato Luiz Inácio Lula da Silva à criminalidade, para incutir a ideia de que o crime apoiaria Lula. Nesse sentido, propaga-se a afirmação de que teria sido o candidato mais votado em unidades prisionais.

A informação da votação obtida pelo referido candidato em algumas unidades prisionais é apresentada em viés descontextualizado. A propaganda tem aptidão para induzir a erro parcela leiga do eleitorado que desconhece o fato de que apenas presos provisórios estão aptos a votar, inculcando a ideia de que a população carcerária massivamente apoia o candidato Lula.

Ademais, **omite os quantitativos/percentuais de votos na íntegra envolvidos** na notícia e os votos obtidos pelo próprio candidato representado, circunstância igualmente prejudicial ao amplo e preciso entendimento a respeito da dinâmica dos votos da população de presos provisórios.

Atua, portanto, maliciosamente, no intuito **pinçar e propagar apenas a parcela de informação que operaria em detrimento dos interesses da campanha do candidato Lula.**



Outro ponto a merecer destaque diz com a falta de informação necessária na propaganda impugnada acerca do quantitativo de votos apurados em seções especiais instaladas em unidades prisionais ou unidades de internação de adolescentes que não são propriamente frutos das escolhas da população carcerária.

Calha registrar que o art. 27 da Res.-TSE 23.669/2021, ao tratar sobre a sistemática para a transferência temporária de eleitoras e eleitores, estabelece, em seu parágrafo único, que “havendo instalação de seções eleitorais em estabelecimentos penais e em unidades de internação de adolescentes custodiados(as), será assegurada, às agentes e aos agentes penitenciários(as), às polícias penais e às demais servidoras e servidores desses estabelecimentos, a transferência temporária para o exercício do voto”.

Portanto, a referência ao quantitativo de votos apurados em unidade de encarceramento não pode estar associada unicamente ao exercício do direito de sufrágio de eleitores em situação de segregação provisória ou adolescentes custodiados, uma vez que todo o aparato funcional daqueles estabelecimentos pode estar em contexto de transferência temporária de votos e ali também exercendo tal direito.

Outro dado relevante a ser considerado é que a propaganda questiona: “Sabe onde Lula teve mais votos do primeiro turno das eleições? Nas cadeias e presídios do Brasil”.

Desse modo, **reporta-se indistintamente aos estabelecimentos prisionais, levando a crer que em toda e qualquer unidade haverá exercício de voto pelos presos provisórios, quando, em verdade, a própria Res.-TSE 23.669/2021 contempla requisitos para a instalação das seções especiais, que nem sempre são atendidos.**

Nesse sentido, registra-se que há unidades de federação que já contam com seções eleitorais instaladas em estabelecimentos prisionais e unidades de internação em quantidades significativas, como São Paulo (63 estabelecimentos prisionais e 21 unidades de internação com votação), Santa Catarina (22 estabelecimentos prisionais e 3 unidades de internação com votação), Espírito Santo (11 estabelecimentos prisionais e 5 unidades de internação com votação).

Sem embargo, impende consignar que não houve funcionamento de nenhuma seção eleitoral especial em algumas unidades da federação, a exemplo do Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Tocantins, Paraná, Acre, Mato Grosso do Sul, Roraima, em vista do que aqui também se divisa que a conduta dos representantes tende a apresentar quadro desfalcado de dados relevantes à correta informação, o que, por via de consequência, enseja a disseminação de espécie de desinformação.

Constata-se, assim, que a publicidade **abarca a manipulação de dados referentes a questões bastante sensíveis – e de abordagens deveras controvertidas – ao eleitorado brasileiro: criminalidade, população carcerária, suposto apoio de criminosos a determinadas legendas políticas e candidaturas.**

Além disso, nega ao eleitor o acesso a informações cruciais à exata compreensão do panorama, tal como a circunstância de que apenas presos provisórios são autorizados a votar. Nessa ordem de ideias, não há como evitar a



conclusão pela carência de embasamento técnicocientífico das informações lançadas pelos representados, as quais se apresentam manipuladas e extrapolam a realização de mera narrativa política.

Também no excerto da peça publicitária **que reproduz suposta fala do candidato Lula em defesa de criminosos, constata-se grave descontextualização, pois limita-se a reproduzir o seguinte trecho:**

NARRADOR: É, e quer saber por que isso acontece? Porque o Lula defende coisas desse tipo.

“Eu não posso ver mais jovem de catorze, quinze anos assaltando e sendo violentado, assassinado pela polícia, às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular.”

A íntegra da fala, na verdade, assim está reproduzida na inicial:

“[...] O que nós queremos, na verdade, é que esta gente saiba que este país é nosso. Eu não posso, aos 74 anos de idade, ver essa gente destruir o país que nós construímos. Eu não posso ver aumentar o número de gente dormindo na rua. Eu não posso ver aumentar o número de mulheres jovens vendendo o seu corpo a troco de um prato de comida. Eu não posso ver mais jovem de 14 e 15 anos assaltando e sendo violentado, assassinado pela polícia, às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular. Se as pessoas tiverem onde trabalhar, se as pessoas tiverem salário, se as pessoas tiverem onde estudar, se as pessoas tiverem acesso à cultura, a violência vai cair. E nós temos que dizer, contra a distribuição de armas de Bolsonaro, nós vamos distribuir livros, vamos distribuir emprego, vamos distribuir acesso à cultura. É esse país que nós queremos e sabemos como construir. É este país que a gente ver todo santo dia eles falarem que é preciso.”

Inconteste, portanto, a realização de **recorte** de trecho pontual da fala para, mais uma vez, reforçar a ideia de simpatia/engajamento/tolerância do candidato Lula a posturas criminosas.

Ao descolar a fala do candidato ao contexto em que proferida, mais uma vez, procede-se à **distorção** do sentido primevo das declarações, na tentativa de associar a figura do candidato Lula à defesa de práticas criminosas.

Na mesma toada a passagem da propaganda em que se afirma que o candidato Lula mandou soltar um sequestrador, que posteriormente teria **assassinado um rapaz de nome Victor Hugo, traduz panorama delineado em ordem a reforçar o apreço pela criminalidade atribuído àquele candidato (...“Tá explicado porque é que os bandidos gostam tanto do Lula.”)**.

A sequência da peça publicitária revela o **intento de malferimento de informações, as quais se põem de forma manipulada e distorcida, sempre na busca por evidenciar vínculo entre o candidato Lula e a criminalidade.**

Diante do cenário hoje experimentado na seara política do país, em que se reiteradamente busca a prevalência das distorções encampadas pelas fake news, em detrimento da acurácia, precisão e veracidade das informações, nunca é demais lembrar que a verdade manipulada também é apta a fazer circular desinformação



e que será prontamente combatida pela Justiça Eleitoral.

[...]

Na linha do entendimento que vem sendo perfilhado por esta Corte, a manipulação/descontextualização de informação vai além da mera narrativa política ou das críticas, mais ou menos contundentes, que se direcionem às posturas, escolhas, bandeiras do candidato, desbordando para violação à legislação eleitoral, art. 9º-A da Res.-TSE 23.610/2019, a autorizar que se imponha a cessação da irregularidade”.

Isso significa, portanto, que o Plenário desta Casa já assentou que **todos** os elementos que compõem as inserções ora questionadas, veiculadas também no rádio, **configuram fato sabidamente inverídico por descontextualização**.

Assim, tendo eu ficado vencida quanto à legalidade desta peça publicitária, **curvou-me à orientação colegiada desta Corte Eleitoral, a qual assentou que o conteúdo de todas as inserções de 30 segundos ora questionadas é ilegal** e, como consequência, **defiro o pedido de direito de resposta**.

Pois bem, o art. 58, inciso III, da Lei nº 9.504/1997, ao disciplinar o direito de resposta por ofensa veiculada “**no horário eleitoral gratuito**”, estabelece o seguinte:

- a) o ofendido usará, para a resposta, **tempo igual ao da ofensa, nunca inferior, porém, a um minuto**;
- b) a resposta será veiculada no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa, **devendo necessariamente dirigir-se aos fatos nela veiculados**;
- c) se o tempo reservado ao partido ou coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, **a resposta será levada ao ar tantas vezes quantas sejam necessárias para a sua complementação**;
- d) **deferido** o pedido para resposta, a emissora geradora e o partido ou coligação atingidos deverão ser notificados imediatamente da decisão, **na qual deverão estar indicados quais os períodos, diurno ou noturno, para a veiculação da resposta**, que deverá ter lugar no início do programa do partido ou coligação;
- e) o meio magnético com a resposta **deverá ser entregue à emissora geradora, até trinta e seis horas após a ciência da decisão, para veiculação no programa subsequente do partido ou coligação em cujo horário se praticou a ofensa**;
- f) se o ofendido for candidato, partido ou coligação que tenha usado o tempo concedido **sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído tempo idêntico do respectivo programa eleitoral**; tratando-se de terceiros, ficarão sujeitos à suspensão de igual tempo em eventuais novos pedidos de resposta e à multa no valor de duas mil a cinco mil UFIR.

A primeira premissa, portanto, é a de que o **tempo** da resposta será rigorosamente igual ao tempo gasto na difusão do fato tido como sabidamente inverídico, **observado o piso**



mínimo de 1 minuto.

Os fatos tidos pelo Plenário como **sabidamente inverídicos** foram veiculados em **42 inserções**, veiculadas em **diferentes** faixas de horário, de 30 segundos, cada uma delas objeto de uma específica representação por direito de resposta, todas elas reunidas para julgamento conjunto.

Esta Corte Superior Eleitoral, em situação assemelhada, **em atenção ao princípio da “proporcionalidade”** (Rp nº 1.298, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – Eleições 2006; Rp nº 1.265, rel. Min. Marcelo Ribeiro – Eleições 2006), já **agrupou** o total de violações idênticas, somando suas respectivas durações, para aferir o tempo da resposta a ser concedida, observado o piso legal de 1 minuto.

A partir dessa métrica, tem-se o seguinte:

**ELEIÇÕES 2022 - INSERÇÕES NO RÁDIO –
CASO “VOTO NO PRESIDIO”
DIREITO DE RESPOSTA**

	Bloco de audiência 1 (5h às 11h)	Bloco de audiência 2 (11h às 18h)	Bloco de audiência 3 (18h às 24h)
DR 0601442-74 12.10.2022	4	4	4
DR 0601458-28 13.10.2022	4	4	0
DR 0601529-30 15 e 16.10.2022	4	5	5
DR 0601542-29 17.10.2022	4	4	0
TOTAL	16 (8 minutos)	17 (8,5 minutos)	9 (4,5 minutos)

Dessa forma, o direito de resposta ora deferido, em atenção ao entendimento majoritário do E. Plenário, deve ser exercido do seguinte modo:

- i) 8 minutos na faixa das 5h às 11h;
- ii) 8 minutos e 30 segundos na faixa das 11h às 18h; e
- iii) 4 minutos e 30 segundos na faixa das 18 às 24h.

Para além disso, a segunda premissa necessária na matéria é a de que a resposta deve **“necessariamente dirigir-se aos fatos nelas veiculados”** (art. 58, III, “b”), sob pena de, em assim não sendo, o ofendido ter subtraído **“tempo idêntico do respectivo programa eleitoral”**.

Cumpra registrar, por oportuno, que o art. 5º, V da Carta Política é claro ao estabelecer que o direito de resposta deve ser, sempre, **“proporcional”** ao agravo causado, sendo certo que, na jurisdição eleitoral, essa proporcionalidade é de ser extraída, em especial e sobretudo, **da pertinência temática entre o texto apresentado e os fatos tidos como manifestamente inverídicos ou gravemente ofensivos**.

Num dos poucos precedentes desta Casa relativos ao conteúdo da resposta oferecida pela parte tida como ofendida, o Ministro Sepúlveda Pertence, **em brilhante voto**,



como de costume, asseverou o seguinte (Respe 19.891):

“O direito de resposta não substantiva exercício da liberdade de imprensa e da manifestação do pensamento, mas, ao contrário, limitação dela e, por isso mesmo, há de ser, di-lo mesmo a Constituição, proporcional ao agravo. Segue-se que, se a resposta não é proporcional ao agravo reconhecido – hipótese em que se compreende a sua inadequação à ofensa -, o caso, em princípio, será de indeferimento da ordem de sua publicação.

No entanto, chego a admitir que possa o juiz, caso repute sanável o vício detectado no texto oferecido pelo requerente para resposta, propiciar-lhe a correção dos excessos ou inadequações apontadas. Nada autoriza que essa liberalidade – não exigida sequer por lei, mas fruto de prudente discricção judicial – seja reiterada sucessivamente, até que se ofereça um texto adequado”.

No mesmo precedente, **idêntica** percepção do instituto do direito de resposta teve o Ilustre Ministro Celso de Mello, em rara passagem por esta Corte, quando asseverou que “o direito de resposta **deve ser analisado na perspectiva de uma clara restrição ao exercício da liberdade de expressão do pensamento**, e não como postulado pelo ora requerente”.

Em outra hipótese de **direito de resposta deferido** (eleições de 2002), a Ilustre Ministra Ellen Gracie chamou atenção para os “os limites ao direito de resposta, que deve ser mero **contraponto ao que antes se publicou, e não utilizado com finalidades diversas, tornando-se uma forma de nova propaganda**” (AgRgRp nº 387, Rel. Min. Caputo Bastos).

Faço todas essas observações porque vislumbro, no caso concreto, claro excesso e desbordamento do texto da resposta apresentado na inicial.

A defesa do representado, de seu turno, sustenta que essa situação de divórcio ideológico desembocaria na inépcia da inicial, **quando a lei eleitoral prevê expressamente consequência distinta para tais situações, uma vez reconhecidas.**

O ilustre doutrinador Edson Resende de Castro, em sua conhecida obra Curso de Direito Eleitoral (11ª ed., 2022, p. 412), ao cuidar da “indevida utilização do direito de resposta”, afirma o seguinte:

“A sanção prevista no § 3º, III, “f” do mencionado art. 58, deixa claro que o direito de resposta tem como objetivo o restabelecimento da verdade quanto ao que se afirmou na ofensa ou no falso. O tempo e o canal de comunicação abertos ao prejudicado não podem ser utilizados para outros fins, inclusive para a sua propaganda. Deve, ao contrário disso, ser oportunidade para a sua defesa pública. Se o prejudicado utilizar a oportunidade de resposta para outros fins que não a resposta, será punido com a perda de tempo na propaganda gratuita e se sujeitará a multa”.

Em resumo: o exercício do direito de resposta no horário eleitoral gratuito é medida excepcional, que revela restrição à liberdade de manifestação do pensamento e, portanto, deve ser exercido, nos termos do inciso V do art. 5º da Carta Política, de forma **proporcional** ao agravo judicialmente reconhecido. Isso significa, portanto, aplicando-se o parâmetro constitucional da proporcionalidade à jurisdição eleitoral, que a resposta apresentada deve ser **objetiva, sem adjetivações**, e deve **necessariamente se dirigir à correção dos fatos tidos como falsos ou a afastar concretamente as afirmações tidas como gravemente ofensivas, mantendo, portanto, necessária pertinência temática**. Descabe, na resposta, a prática de **retorção** ou mesmo a realização de nova propaganda eleitoral.

No caso concreto, **apenas as três primeiras linhas da resposta apresentada na inicial prestam-se a esclarecer os fatos tidos como descontextualizados e inverídicos pela maioria do Colegiado**. Tudo o mais são adjetivações, acusações e retorções, incompatíveis,



como dito, com a própria finalidade a que serve o instituto.

Desse modo, deve o representante **retirar** ou **substituir** mencionados trechos, sob pena de possível incidência da sanção prevista no § 3º, III, *f* do mencionado art. 58 da Lei nº 9.504/1997.

Ante todo o exposto, ressalvo meu entendimento pessoal sobre o conteúdo aqui questionado e, diante da presença dos pressupostos autorizadores, **defiro o pedido liminar e determino a imediata retirada das inserções impugnadas.**

Além disso, submeto-me ao olhar do Colegiado e **julgo procedente** a representação, para **conceder** o pretendido **direito de resposta, determinando** aos representados que divulguem a resposta apresentada pela representante, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do art. 58, § 8º, da Lei das Eleições.

Nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 32 da Res.-TSE nº 23.608/2019, intime-se o grupo de emissoras geradoras da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2022.

Ministra **Maria Claudia Bucchianeri**

Relatora

